

Protesto pede o fim da impunidade no Brasil ⁶⁴

Manifestantes levam terra e vendem envelopes para que seja remetida a Fernando Henrique

Gustavo Miranda

Helena Celestino

Correspondente

● PARIS. Um caminhão de terra foi descarregado ontem em pleno Champs Elysées, a principal avenida de Paris, para simbolizar a solidariedade das organizações francesas de direitos humanos ao movimento dos sem-terra brasileiros, numa manifestação que reuniu 200 pessoas na esquina com a Rue de Berri, onde fica o consulado do Brasil. A proposta era que cada manifestante apanhasse um pouco de terra e a enviasse ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Para facilitar, os envelopes com selo e o endereço do Palácio da Alvorada eram vendidos a dez francos.

Apesar do bom-humor dos manifestantes, a polícia não achou graça e agiu com violência: e entrou em conflito com os militantes, agrediu o fotógrafo do GLOBO e prendeu dois dos representantes do Droits aux Logements, uma das 30 organizações que convocaram o protesto. Aos gritos de "justiça no Brasil", os manifestantes pediram o fim da impunidade para os assassinos de sem-terra, crianças e índios e o respeito aos direitos humanos.

— É um gesto simbólico para mostrar que a terra é de todos, pois cada um tem direito a um lugar para morar e a um pedaço de terra para cultivar — afirmou o bispo Jacques Gaillot, presidente de honra da Droits aux Logements.

Este também foi o tom do discurso do cientista Léon Schwatzenberger, deputado europeu. Usando megafone, afirmou que a luta contra a injustiça não tem fronteiras e, por isso, os defensores dos direitos humanos na França se uniam para apoiar os movimentos dos brasileiros que lutavam para ver respeitados os direitos inalienáveis do homem. Logo depois, foi o sociólogo bra-



OS MINISTROS BRESSER, Israel Vargas, Motta, Weffort e Malan e o senador Antônio Carlos Magalhães conversam no Palácio Marigny

sileiro Michel Lowy que discursou: contou que foi aluno de Fernando Henrique na USP e que leu "O capital", de Karl Marx, sob a orientação do presidente.

— Mas ele não deve se lembrar mais das lições, deve ter esquecido que a acumulação primitiva do capital expulsa os camponeses da terra. Na época, propúnhamos não permitir que isto acontecesse no Brasil, mas parece que ele já esqueceu — afirmou o sociólogo, diretor de estudos do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França.

O primeiro envelope de terra já chegou ao presidente, entregue por Pila Salaberry, a representante da Cimade, uma das nove associações de direitos humanos que se reuniram ontem com Fernando Henrique no Palácio do Marigny, onde ele está hospedado. A mensagem do presidente às ONGs foi clara: ele também fica chocado com a impunidade no Brasil, mas só mudando a Constituição é que o Governo pode se

responsabilizar pelo respeito aos direitos humanos. Explicando aos representantes das organizações francesas que a polícia e a Justiça são descentralizadas e estão sob a responsabilidade de cada estado, o presidente reclamou que é ele que tem de responder diante do mundo pela não punição dos culpados pelos assassinatos, mas que não tem poder para mudar a situação.

— Atualmente, só tenho direito à palavra, a demonstrar a minha indignação. Conto com a aprovação do projeto de mudança constitucional para dar ao poder central a responsabilidade de julgar os crimes contra os direitos humanos — afirmou.

Segundo Fernando Henrique, esta mudança constitucional acabará resolvendo também o impasse criado com a rejeição do projeto que previa passar para a Justiça civil a responsabilidade pelo julgamento dos crimes cometidos por policiais militares.

— Os partidos que apóiam o Governo dizem que estão de acordo, mas cada um dos políticos tem uma idéia diferente na cabeça — disse.

O presidente se impacientou com a representante da Anistia Internacional. Ela reclamou que o projeto de direitos humanos estava cheio de boas intenções, mas que o Governo não tinha previsto verbas para garantir, por exemplo, a integridade física das testemunhas dos massacres e não tinha tido vontade política para tirar da polícia a responsabilidade pelos institutos médico-legais.

— Tudo depende do Congresso. Não sou um ditador, só posso lutar como vocês. Na França, o Estado também não consegue acabar com a violência contra os imigrantes — afirmou.

O presidente também explicou a sua política de reforma agrária, falou do problema dos meninos de rua e da demarcação da terra dos índios, mas nem todos saíram convencidos.